



# X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ALAGOAS – O QUE NOS DIZEM OS ESTUDANTES**

VALÉRIA CAMPOS CAVALCANTE

JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA SANTOS

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Eixo temático: Currículo Escolar, Gestão, Organização do trabalho pedagógico **RESUMO** Este trabalho traz o recorte de uma pesquisa realizado nos anos de 2014 e 2015, em escolas da rede pública de Alagoas, essa investigação teve como objetivo primordial refletir sobre a concepção de avaliação que permeia a prática dos professores das escolas de Ensino Fundamental Anos Finais de Alagoas. Tomamos como metodologia uma abordagem qualitativa e interpretativa, considerando as vozes dos estudantes como um dos parâmetros para nossas análises. Nos fundamentamos em pesquisadores como: Esteban (2005), Hoffmann (2005), Luckesi (2000), Leite (2000), Peralva (1998), Sposito (2003) Vasconcellos (1998). Ao analisarmos as falas aqui explicitadas ficou evidenciado que o processo avaliativo, das escolas investigadas, ainda está centrado em provas e teste, nesse sentido há o predomínio de uma prática avaliativa excludente e quantitativa.

**Palavras-Chave:** Avaliação. Ensino Fundamental. Estudantes. . **ABSTRACT**

This paper presents the part of a research conducted in the years 2014 and 2015 in the public schools of Alagoas, this research had as main objective to reflect on the concept of evaluation that permeates the practice of teachers of primary schools Final Years Alagoas . We as a qualitative methodology and interpretative approach , considering the voices of the students as one of the parameters for our analysis . With regard to elementary school students try to outline your profile , even bringing reflections on how they perceive themselves , inserted in the evaluation process . Analyzing the lines here explained it was evident that the evaluation process of the schools , is still focused on tests and test in that sense there is a predominance of an exclusionary and quantitative evaluation practice . **Keywords:** Evaluation, Elementary School, Students

**Palavras Iniciais** O texto aqui apresentado traz o recorte de uma pesquisa realizado nos anos de 2014 e 2015 em escolas públicas da Rede Estadual de Alagoas, tendo como referência 04 escolas públicas do Ensino Fundamental Anos Finais, essa investigação teve como objetivo primordial refletir sobre a concepção de avaliação que permeia a prática dos professores das escolas de Ensino Fundamental Anos Finais. Tomamos como metodologia uma abordagem qualitativa e interpretativa, considerando as vozes dos educandos[i] como um dos parâmetros para nossas análises. O nosso interesse pelo tema avaliação no Ensino Fundamental Anos Finais surge a partir de nossa prática como educadores, ao mesmo tempo sentido-nos comprometidos com a atual realidade vivenciada pela Educação em nosso Estado. Haja vista que as escolas de Alagoas continuam com índices alarmantes de evasão escolar, basta que se verifique o percentual de sujeitos que abandonam a escola no decorrer do ano letivo, isso se constata ao analisarmos os índices de matrícula, até razoável, e a quantidade mínima de alunos que conseguem concluir ano letivo, sobretudo no Ensino Fundamental Anos Finais. Percebemos, que um dos principais fatores que contribuem para essa desistência/evasão é o processo avaliativo, que ainda está sendo aplicado nas escolas que não viabiliza a formação dos sujeitos, ou seja, os conhecimentos ainda estão sendo avaliados de forma quantitativa e fragmentada. Desta maneira, a avaliação do ensino – aprendizagem nas escolas, no nível aqui especificado, ainda se constitui a serviço da medida, da classificação e da exclusão. Diante desta realidade posta, compreende-se que deva haver um repensar na maneira como avalia-se os educandos do Ensino Fundamental Anos Finais. Na literatura pedagógica há uma grande bibliografia tratando de estudos sobre a significação de métodos e de tendências pedagógicas, que abordam a temática da avaliação. Esses estudos sobre avaliação têm sido objeto de grandes polêmicas no campo da didática, existindo atualmente divergências profundas em relação a conceitos na prática pedagógica que nos levam a trabalhar os conteúdos programáticos utilizando mais abordagens quantitativas e não qualitativas. A partir dessa premissa, para além das falas dos estudantes, trazemos uma discussão sobre o tema avaliação da aprendizagem, a fim de discutirmos alguns princípios embasadores de práticas avaliativas processuais e somativa, trazemos portanto, neste texto, alguns princípios, teorias e teóricos específicos da área, que nos apontam possibilidades para nortear o trabalho de avaliação em sala de aula. A finalidade deste estudo é analisar a problemática de como se avaliar os educandos e, se possível, apresentar novos paradigmas para desconstruir a prática avaliativa classificatória que se instalou nas salas de aula do Ensino Fundamental Anos Finais nas escolas de Alagoas, tentando apontar caminhos para transformá-la numa abordagem crítica e viável para a vida escolar dos estudantes. Neste sentido, este artigo traz algumas reflexões, sem a intenção de esgotá-las, sobre a avaliação escolar. Para tanto, tomamos como foco alguns pontos que consideramos essenciais, nessa discussão: **I. Reflexões, Conceitos e Concepções de Avaliação**

## **da Aprendizagem. II. Quem são os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais em Alagoas?**

### **III. Avaliação da aprendizagem – o que nos dizem os estudantes?**

#### **1. Reflexões, Conceitos e Concepções de Avaliação da Aprendizagem**

Todo processo de avaliação reflete uma postura, uma concepção epistemológica de compreender o mundo. A avaliação é um vocábulo polissêmico, avaliação classificatória, avaliação diagnóstica, avaliação formadora, formativa, somativa, transformadora, mediadora, tradicional, progressista, tecnicista, entre tantos outros termos, podem ser agrupados, segundo Romão (1999) em dois grandes grupos, por ele chamados de avaliações classificatórias ou positivistas e avaliações progressistas ou dialéticas. Defendemos aqui neste texto a perspectiva da avaliação progressista ou dialética, na qual a avaliação da aprendizagem apresenta-se como possibilidade de fornecer suporte ao educando no seu processo de construção do conhecimento, possibilitando sua autonomia e cidadania. No entanto, o que se observa no cotidiano escolar, sobretudo em Alagoas, é o predomínio de uma prática avaliativa excludente e quantitativa, uma vez que o processo avaliativo praticado em muitas nas escolas de Alagoas ainda está preso a um processo excludente, fundamentando-se num olhar estagnado a respeito do educando e por isso sustenta a prática de avaliar apenas com exames, cuja função é classificar o estudante. Assim, o processo de avaliação da aprendizagem torna-se angustiante para muitos docentes, uma vez que não possuem uma formação específica que lhe permita ressignificar o processo avaliativo que lhes permita transformá-lo em efetivo processo e não mero instrumento de verificação e cobrança de conteúdos aprendidos por memorização, de forma mecânica, trabalho numa perspectiva classificatória. Segundo Esteban (2005, p.15): “A avaliação classificatória configura-se como as idéias do mérito, julgamento, punição e recompensa, exigindo o distanciamento entre os sujeitos que se entrelaçam nas práticas escolares cotidianas”. Na perspectiva classificatória a ênfase está na memorização, na capacidade de armazenamento de informações, sem que, necessariamente, haja a compreensão do significado do que é decorado. Ao contrário, na perspectiva dialética, os instrumentos de avaliação são elaborados seguindo princípios que consideram o contexto do que é ensinado e de quem se ensina. Na literatura referente ao tema, encontra-se uma clara diferenciação entre medida e avaliação, caracterizando-se a medida como um procedimento mais restrito que a avaliação, que fornece dados quantitativos, como ilustram os seguintes trechos:

Avaliação é um termo bem mais abrangente do que medida, ou seja, há uma diferença entre a avaliação e a nota. Avaliação inclui descrições qualitativas e/ou quantitativas do comportamento do aluno e mais julgamento de valor quanto à desejabilidade do comportamento. Medida ou nota é limitada a descrições quantitativas do comportamento do aluno. [...]  
Avaliação não visa apenas mensuração, ou seja, apreciação do status atual

de um fenômeno de um modo preciso, mas também um julgamento, uma determinação de valor. (HOFFMANN, 2000 p. 34). Já para Luckesi (2000, p. 56):

No caso dos resultados da aprendizagem, os professores utilizam como padrão de medida o 'acerto' de questão. E a medida dá-se como contagem dos acertos do educando sobre um conteúdo, dentro de certo limite de possibilidades, equivalente à quantidade de questões que possui o teste, prova ou trabalho dissertativo. [...] O conceito de 'avaliação' é formulado a partir das determinações da conduta de 'atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação, que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. As considerações dos autores esclarecem a distinção existente entre a avaliação e medida e alertam para a não redução do conceito de avaliação ao procedimento de constatação e quantificação de "acertos" ou "erros" dos alunos. Embora tal procedimento seja muito freqüente na educação, as duas ações não podem mais ser reduzidas a sinônimos, pois a avaliação deve ser entendida e praticada como uma atividade que envolve julgamento do objeto de avaliação e tomada de decisão a partir do julgamento. Percebe-se, portanto, que a avaliação vai além do processo de constatação ela deve ter como meta a mudança, o redirecionamento das ações. Mas, a análise das condições para a mudança, perpassa a mudança de postura das escolas e dos professores que não conseguem avançar romper com a concepção de avaliação tradicional. As representações, valores, concepções enraizadas na prática dos educadores funcionam como elementos de resistência à construção de novas práticas. As tentativas de mudança da avaliação têm ficado apenas no que diz respeito à forma e ao conteúdo do que se avalia e não se centrando na questão essencial que é a intencionalidade das atividades. Segundo Vasconcelos (1998), a intenção é o fim que se propõe a atingir e a intencionalidade é o caráter engajado e transitivo, indo para a atividade prática e para além do sentido epistemológico. A avaliação enquanto reflexão crítica sobre a realidade deve ajudar a descobrir as necessidades do trabalho educativo, perceber os verdadeiros problemas para ajudar a resolvê-los. **2. Quem são os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais em Alagoas?**

Ao nos debruçarmos sobre o Ensino Fundamental Anos Finais, nas instituições escolares públicas em Alagoas, mais especificamente em

Maceió, constata-se que 80% do público são adolescentes e jovens, negros e pobres, viventes das periferias. Mesmo diante do público atendido, percebe-se que nas escolas não se está refletindo à respeito da identidade desses estudantes jovens e adolescente. Nesse contexto, as escolas desconsideram a cultura desses indivíduos, padronizando a figura do jovem como sujeito problemático e sem perspectiva, os profissionais das escolas rotulam os jovens estudantes como incapazes e delinquentes, impondo-lhes um processo de negação cultural. No tocante à juventude, em Alagoas, percebe-se um processo de violência simbólica que se expressa na imposição "dissimulada" do discurso da cultura dominante, reproduzindo o preconceito contra o jovem que circula na sociedade e acaba adentrando o espaço escolar, amalgamando-se de tal maneira que acaba se transformando em verdades absolutas. (BOURDIEU Apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004) De maneira geral, nas escolas os jovens são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes: repetentes, evadidos, defasados, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar". Essa imagem idealizada negativamente reforça argumentos que justificaria o uso de técnicas de coerção, como humilhações, uso de instrumentos avaliativos excludentes e a tão famosa Educação Bancária na qual o professor se configura como uma autoridade legítima que pode aplicar a ação/punição pedagógica. O que se observa é que as escolas que ofertam Ensino Fundamental Anos Finais, em Alagoas, na maioria das vezes, não escuta os jovens que as frequentam, desprezando suas expectativas, suas necessidades, dessa maneira, eles são apenas reconhecidos como desprovidos de Capital Cultural, portanto, são indignos de frequentar a instituição escolar. Nessa hierarquia a classe popular ocupa:

[...] a posição mais dominada no espaço social das classes sociais, as classes populares caracterizar-se-iam, antes de mais nada, pelo pequeno volume de seu patrimônio, qualquer que seja o tipo de capital considerado. Suas condições de existência condicionam, assim, um estilo de vida marcado pelas pressões materiais e pelas urgências temporais, o que inibe a constituição de disposições de distanciamento ou de desenvoltura em relação ao mundo dos outros (BOURDIEU Apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 70). Assim, prevalece uma ideologia da marginalidade, da preguiça

e da incapacidade em relação aos jovens em tais proposições. Observa-se que este público é desacreditado, na maioria das vezes por puro preconceito sendo seus familiares analfabetos, viventes da periferia, abaixo da linha da pobreza, eles são considerados incapazes ou não possuidores do capital cultural necessário para serem considerados "*bons alunos*". Quando os professores afirmam que os jovens são um problema, eles expõem que para esses educandos resta-lhes a exclusão e o termo marginal como definição. Para esses professores a juventude configura-se como "fase de marginalidade", conforme nos informa Peralva (1997):

[...] Jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo". Se o jovem não constitui uma categoria exclusiva dos desviantes, constitui com certeza uma categoria importante, pode-se dizer mesmo central, nas representações sociais do desvio (PERALVA, 1997, p. 18-9). Ao rotular o educando esses profissionais estão incorporando e reproduzindo o discurso do senso comum, em Alagoas. Trata-se, pois de um tipo de violência simbólica, de uma forma particular de constrangimento, exercida com a cumplicidade daqueles que dela são vítima, que aceitam as submissões que não são percebidas como submissões, uma vez que são crenças socialmente inculcadas. No entanto, mesmo esses que são vítimas desse processo de violência simbólica não se consideram, acham até certo ponto natural tal discurso e chegam ao ponto de reproduzi-lo. Segundo Sposito (2003):

É preciso avançar para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens. Sem negligenciar as inúmeras dificuldades de ampliação das dotações orçamentárias para as políticas públicas sociais, admite-se que o desafio maior é, contudo, inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas (SPOSITO, 2003. p.37). Para rompermos com essa postura, necessitamos repensar sobre os processos educativos em Alagoas. Enquanto o adulto vive um modelo de sociedade que se decompõe, os jovens já vivem em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligências eles ajudam a construir. Essas categorias permitem uma melhor compreensão do

universo deles e de uma nova sociedade transformada por esta nova geração. Compreender a juventude atual é descobrir uma nova geração que convive com um processo acelerado de globalização universal, não só local. Os jovens são os mais atingidos pelas transformações sociais, que dificultam sua participação no mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo.

### **3. Avaliação da aprendizagem – o que nos dizem os estudantes?**

Especificando as necessidades dos estudantes do Ensino Fundamental em Alagoas em se tornarem sujeitos de sua aprendizagem, reafirmamos a urgência de que se efetive uma nova concepção de ensino-aprendizagem, em que seja solicitado dos alunos um papel ativo na construção das suas próprias aprendizagens. Sabemos, a priori, que o ato de avaliar está aliado ao desenvolvimento pleno do aluno em suas múltiplas dimensões (humana, cognitiva, política, ética, etc.). Portanto, o coletivo escolar necessita (re)definir sua prática pedagógica, incluindo o processo de avaliação. Justifica-se, pois, o motivo de se enfatizar a importância dada à temática da avaliação no sentido de evoluirmos, em alguns aspectos, dentro de um ponto de vista político pedagógico, defendido por Luckesi (2000) onde uma avaliação é inclusiva quando o aluno pode ser ajudado a dar um passo à frente num ato dialógico, que implica necessariamente uma negociação entre o professor e o educando. Nesse sentido, pretendemos observar como se sentem os educandos do Ensino Fundamental ao serem submetidos aos processos avaliativos no contexto escolar. **3.1. Ouvindo os estudantes:**

Diante do desconhecimento por parte de muitos educadores, iniciamos esse item refletindo sobre dois termos que são facilmente confundidos nas escolas, sendo eles avaliação da aprendizagem e verificação da aprendizagem. A diferença fundamental entre verificação e avaliação é que a primeira é um ato estático e a segunda é um processo dinâmico de tomada de decisão para a recondução, para o redirecionamento das ações. Ressaltamos, pois que a verificação é um vocábulo que emerge das determinações da conduta de buscar, de investigar a verdade de alguma forma, o processo de verificar compreende a observação, a obtenção de dados ou informações que delimitam o ato com o qual se está trabalhando, encerrando-se com a configuração do objeto ou ato de investigação. (LUCKESI, 2000; HOFFMANN, 2000). Essa prática é recorrente nas escolas, como podemos constatar, muitas vezes por falta de formação ou orientações os professores não estão avaliando os educandos, ao contrário, aplicam

provas e teste, ou seja ainda estão presos a verificação da aprendizagem apenas. Conforme podemos constatar nessas falas dos estudantes:

**P.M.S.** Eu mesmo aqui na escola vejo sempre os professores fazendo prova, poucos professores fazem trabalhos, eles adoram fazer prova, só a professora de Português que faz umas coisas diferentes, uns trabalhos ou teatro, depois avalia agente;

**M.C.T.** Todos os professores fazem prova, tem professor que faz quase toda semana, tem o professor. L, [...] aí ele chega e diz pra gente hoje é prova, nem avisa antes; Observando as falas desses educandos, permitimos afirmar que o processo avaliativo nas escolas de Alagoas tem sido marcada pela sua redução à idéia de provas que privilegiam a capacidade de memória do educandos. Desta maneira, o processo avaliativo apresenta-se para muitos estudantes como uma tortura, isto porque, não compreendem avaliação como possibilidade de ampliação dos seus conhecimentos, até mesmo por que nas provas as cobranças de conteúdos aprendidos aparecem, sobretudo, de forma mecânica, sem significado, ou até mesmo como forma de punição. Tal fato se deve, em grande escala, por que muitos docentes acabam não realizando avaliação, mas sim testando os educandos, nesse contexto, o processo avaliativo no Ensino Fundamental ainda se constitui a serviço da medida, da classificação e da exclusão, ou seja, apresenta-se como mero instrumento regulador e disciplinar. Nessa concepção, a avaliação no processo de ensino – aprendizagem ainda se constitui a serviço da medida, da classificação e da exclusão. Para Luckesi (2000, p. 73) este tipo de pensamento pedagógico: “trata a avaliação da aprendizagem como um ato isolado, separado do pedagógico, e tem se tornado uma constante na vida escolar dos estudantes, no Brasil. Nessas condições os educandos sentem-se cobrados e até certo ponto temerosos, tudo isso colabora para desistências de alguns sujeitos, conforme afirmam os próprios educandos:

F.C.S. Eu trabalho o dia todo, chego aqui na escola à noite, não tenho tempo pra estudar muito em casa, aí os professores fazem umas provas cheias de cascas de banana, agente estuda, estuda e não passa, veja aí quantos passaram em matemática?

Eu acho que mais da metade da turma, muitos tão dizendo que vão desistir,

eu tenho que ficar, por que preciso terminar, assim mesmo;

M.L.F. Tem professor que nem explica direito, depois faz uma prova horrível, essa já é a segunda vez que eu volto pra escola, o ano passado desisti, tive problema com uma professora, só voltei por que ela saiu da escola, ela pegava no pé, só dava nota ruim pra mim por que eu respondia a ela, esse ano vou tentar ficar até o fim, mas tá difícil.

L.M.S. Pra mim tá muito difícil, já to na final, acho que não vou ficar na escola, não consigo aprender mesmo matemática, só tiro nota baixa. Analisando as falas acima percebe-se que os/as professores/as não estão comprometidos com a aprendizagem dos educandos, ao contrário aplicam provas que privilegiam a capacidade de memória do educandos. Nessas circunstancias, os educandos sentem-se desmotivados a permanecer nas escolas, diante da ausência de diálogo, os alunos são literalmente expulsos das instituições, conforme afirmam os alunos: *"acho que não vou ficar na escola, não consigo aprender mesmo matemática, só tiro nota baixa"*. Como podemos compreender aplicação de "provas descontextualizadas" são um dos principais fatores que contribuem para essa desistência/evasão. Diante das falas dos educandos, e das observações realizadas, podemos confirmar que a grande maioria das escolas públicas de Ensino Fundamental de Alagoas ainda estão presas a modelos avaliativos classificatórios e excludentes de mera verificação. Sobre esse aspecto, Luckesi (2000), nos ajuda a elucidar que o ato de avaliar não é sinônimos de verificar, pois avaliar direciona o objeto numa trilha dinâmica enquanto só verificar o "congela". Isso quer dizer que, para desenvolvermos o processo avaliativo, necessariamente temos que verificar, mas posteriormente precisamos tomar uma atitude no sentido de modificar a situação verificada, aí sim estaremos avaliando. Essa forma de avaliar impede o diálogo já tão proclamado no meio educativo, desta maneira, o público do Ensino Fundamental ao chegar nas escolas públicas se deparam com os instrumentos avaliativos: provas, testes, redações, sabatinas, leituras em voz alta, que têm como objetivo quantificar, medir e classificar. Segundo Esteban (2005, p.15): "A avaliação classificatória configura-se como as idéias do mérito, julgamento, punição e recompensa, exigindo o distanciamento entre os sujeitos que se entrelaçam nas práticas escolares cotidianas". Diante dessa realidade, pode-se constatar

que o processo avaliativo que ainda está sendo aplicado nas escolas de Alagoas não viabiliza a formação dos sujeitos, ou seja, os conhecimentos ainda estão sendo avaliados de forma quantitativa e fragmentada, ainda se constitui a serviço da medida, da classificação e da exclusão. Neste sentido, Leite (2002, p.) afirma que:

[...] apesar da educação escolar se orientar pelo princípio da igualdade de oportunidades de sucesso, continuam a ser todos os anos excluídos do sistema inúmeros alunos pertencendo, muitos deles, a famílias ou a grupos pouco familiarizados com os códigos escolares e que não têm encontrado no interior da instituição, que devia ser educativa, condições para romperem com estas situações. E tudo isto se agrava quando se trata de uma educação básica, que deve ser para todos e que é obrigatória. De facto, pode-se até questionar a legitimidade de um sistema que obriga alguns (e são muitos) ao insucesso escolar. Concordando com a autora percebe-se que ainda falta uma longa caminhada para conseguirmos implementar no Ensino Fundamental um processo de avaliação formativa, gostaríamos de registrar que a avaliação para atender as especificidades desse público necessita subsidiar em sala de aula uma reflexão constante e contínua. Percebemos que uma alternativa possível é ouvir os sujeitos, construir junto o processo de aprendizagem, compreendendo assim, como Freire (2009) que: "A Educação libertadora tem que ser forjada *com* ele (oprimido) e não *para* ele, Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação". Acreditando nessa premissa, ao perguntarmos aos educandos sobre como poderia ser avaliação eles nos informam que,

**J.C.V.** Eu acho que os professores deviam também levar em conta o que agente fala nas aulas, nossa participação, também as atividades que agente faz, mas não eles só querem saber das provas, você pode até ser um bom aluno, mas se não tirar nota boa não vale.

**C.A.S.** Eu queria fazer mais trabalhos, pra não ficarem só nas provas, agente já se cansa, depois ainda tem recuperação e final, tudo é prova.

Como podemos analisar, nos discursos dos educandos eles compreendem que deveriam participar do processo avaliativo se tornando sujeitos de sua aprendizagem, reafirmando a urgência de que se efetive uma nova

concepção de avaliação em que seja solicitado dos alunos um papel ativo, na construção das suas próprias aprendizagens, ou seja que se faça da avaliação da aprendizagem um dispositivo de formação para que, assim, os envolvidos possam usufruir e crescer no ambiente escolar,. O ideal seria implementarmos nas escolas processos avaliativos mais democráticos, baseados em avaliações diagnósticas/formadoras, progressistas ou dialéticas, no entanto, entendemos que ainda há um longo caminho nesse sentido. Para que haja essa efetiva melhoria na avaliação educação, torna-se imprescindíveis transformações estruturais, sobretudo enfatizando a melhoria da formação docente em Alagoas, em todos os níveis, melhoria do material didático, entre outros aspectos. Defendemos, assim, um processo de avaliação a serviço da aprendizagem em que se produza práticas de auto-avaliação que possibilite o desenvolvimento de capacidades metacognitivas de auto-análise e de auto-regulação, isto é, que siga um paradigma da avaliação formativa alternativa.( MARINHO, 2008). Acreditamos que nesta nova concepção de avaliação há que se fomentar novos instrumentos avaliativos, uma das principais estratégias de avaliação alternativa que vislumbramos neste sentido é a implantação dos *portfólios* de aprendizagens dos alunos, em quais os próprios alunos são sujeitos construtores de seu conhecimento. Recorremos a Marinho (2008,p.25), para definição de *portfólio*:

Caracteriza-se como uma construção contínua, progressiva e dinâmica, contendo os vários trabalhos desenvolvidos pelos alunos numa ou em várias áreas curriculares. O seu conteúdo é composto por artigos, reflexões, trabalhos referentes aos módulos desta área, sendo alguns deles solicitados pelos docentes e outros realizados por iniciativa própria dos alunos dada a sua pertinência.

Como podemos observar para o autor o *portfolio* não deve ser entendido como arquivo cheio de textos, mas sim, como uma coleção de documentos, preferencialmente, de textos e imagens, sistematicamente orientados pelos educadores e organizado pelos educandos, que, desta maneira, sentirão que estão construindo sua própria história de aprendizagem, num processo de auto-avaliação e auto-regulação do seu próprio desenvolvimento individual e crescimento coletivo da turma. **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS** A avaliação, conforme foi exposta ao longo deste artigo, é um processo abrangente, que

implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências e dificuldades a fim de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos que impedem a aprendizagem dos alunos. Ao analisarmos as falas aqui explicitadas o que nos chama a atenção são os equívocos sobre conceitos de avaliação e verificação que ainda estão sendo considerados como sinônimos nas escolas de Ensino Fundamental da Rede pública de Alagoas. Nesse caminho os professores não compreendem a diferença fundamental entre verificação e avaliação, por isso centram o processo avaliativo num ato autoritário e excludente. Dentro deste contexto não se considera a evolução gradual dos alunos. Assim, os procedimentos de avaliação no Ensino fundamental ainda atuam como instrumento regulador e de controle nas sala de aula. Seja por imposição do sistema educativo do Estado de Alagoas, ou por desconhecimento dos professores em relação as possibilidades de avaliação emancipatória, formativa, ainda observa-se nas práticas pedagógicas das escolas um processo de avaliação que centraliza-se nos erros e acertos, sendo assim, a preocupação ainda está voltada para a classificação e as notas dos alunos. Dentro deste contexto, não se considera a evolução gradual dos alunos, assim, os procedimentos de avaliação no Ensino fundamental ainda atuam como instrumento de controle e limitação nas sala de aula. Com essa concepção fechada, podemos constatar, na referida pesquisa, que a avaliação ainda está presa a concepção tradicional, classificatória e excludente, baseada apenas em provas e teste que intimidam os estudantes, e conseqüentemente os tem expulsado das escolas públicas de Alagoas, uma vez que suas culturas e identidades não são consideradas no contexto escolar, não se sentindo acolhidos dentro das escolas, os estudantes se evadem. Entre os instrumentos que mais marcam, de forma negativa, a formação escolar dos estudantes, segundo seus relatos, estão: a prova oral, decorar textos, responder questionários descontextualizados, provas surpresas, entre outros. As tentativas de mudança da avaliação têm ficado apenas no que diz respeito à forma e ao conteúdo do que se avalia e não se centrando na questão essencial que é a intencionalidade das atividades. Para que haja uma efetiva melhoria no formato avaliativo acreditamos que se faz necessário implementar uma nova concepção de avaliação, nas escolas públicas, formentando novos instrumentos avaliativos baseados, efetivamente, nas aprendizagens dos alunos, em quais os próprios alunos

sejam sujeitos construtores de seu conhecimento, um caminho possível seria a implantação do instrumento avaliativo portfólio que possibilita os estudantes a construir sua própria história de aprendizagem, num processo de auto-avaliação e auto-regulação.

---

REFERÊNCIAS ESTEBAN, Maria, Teresa, org. **Escola, Currículo e Avaliação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 48ª edição, 2009. \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 1996, Coleção Literatura; Editora Paz e Terra. HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista**. Editora Mediação, Porto Alegre, 2005. \_\_\_\_\_. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Mediação, 2000. LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem componente do pedagógico**, São Paulo, 2000; Editora Cortez. LEITE, Carlinda, Fernandes, **Avaliação das aprendizagens dos alunos**. Porto: Edições ASA, (2002).. MARINHO, Paulo. (2008). **Portfólio, Um caminho didático**. Recife: Edições Bagaço. NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. PERALVA, A. T. **O jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.5 e n.6, p.15-14, jun./jul./ago./set./out./nov./dez. 1997. (Edição especial Juventude e Contemporaneidade). \_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**, São Paulo, Editora Autores Associados, 1995. SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 1998. \_\_\_\_\_. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**. São Paulo: Libertad, 1998.

[1] Falas coletadas através de grupos focais, realizados pelos/as pesquisadores/as, nos anos entre 2014 e 2015.

[1] Mestra em Educação Brasileira - UFAL. Professora da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, campus Penedo, integrante do grupo de pesquisa MULTIEJA, membro efetivo do Fórum Alagoano de EJA, trabalha com temas ligados à EJA, Gestão Escolar, Planejamento, Avaliação, Currículo e formação de professores. E-mail – vccavalcante1@hotmail.com

. [1] Mestra em Educação Brasileira - UFAL. Professora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus Arapiraca/Polo Penedo, integrante do Grupo de Pesquisa Escrita, Texto & Criação e do Laboratório do Manuscrito Escolar. Trabalha com os temas: Didática da Língua Escrita, Utilização

do Livro Didático de Língua Portuguesa, Desenvolvimento e Aprendizagem. E-mail:  
janaynasantos06@gmail.com

Recebido em: 21/06/2016

Aprovado em: 22/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: